SUPERANDO BARREIRAS: CAMINHOS PARA A INCLUSÃO EDUCACIONAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS

NATÁLIA DE MATOS ROCHA SALES

RESUMO

Neste trabalho, buscamos demonstrar como portadores de necessidades especiais são integrados no ensino público. O artigo tem como objetivo identificar, reconhecer e demonstrar como é realizada a inclusão desses alunos. A fundamentação teórica foi desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica, com coleta de dados de materiais publicados, como trabalhos acadêmicos, revistas e livros. Esta pesquisa visa mostrar se as instituições e educadores estão oferecendo uma educação de qualidade a esses alunos. Concluiu-se que, com o crescente número de alunos com necessidades especiais matriculados na rede pública, as instituições e educadores não estão preparados para garantir uma boa educação a esses alunos. Os resultados mostram que as escolas e educadores precisam se preparar melhor para atender esses alunos, pois a educação oferecida não pode ser de boa qualidade sem preparo adequado. O professor, dentro da perspectiva inclusiva e com uma escola de qualidade, não deve duvidar da capacidade e das possibilidades de aprendizagem dos alunos, nem prever quando esses alunos não irão aprender.

Palavras-chave: Inclusão; Ensino Público; Necessidades Educacionais Especiais; Instituição Escolar.

ABSTRACT

In this paper, we aim to demonstrate how individuals with special needs are integrated into public education. The objective of the article is to identify, recognize, and illustrate how the inclusion of these students is carried out. The theoretical foundation was developed through a literature review, collecting data from published materials such as academic papers, magazines, and books. This research aims to show whether institutions and educators are providing quality education to these students. It was concluded that with the increasing number of students with special needs enrolled in public schools, institutions and educators are not adequately prepared to ensure a good education for these students. The results indicate that schools and educators need to better prepare to serve these students, as the education offered cannot be of good quality without adequate preparation. From an inclusive perspective and within a quality school, teachers should not doubt the abilities and learning possibilities of students, nor should they anticipate when these students will not learn.

Keywords: Inclusion; Public Education; Special Educational Needs; School Institution.

INTRODUÇÃO

No Brasil, as legislações vigentes estabelecem que todos os indivíduos nascem com o direito à educação, conforme preconizado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Historicamente, o atendimento às pessoas com deficiência foi sustentado por instituições e organizações filantrópicas. No entanto, a falta de conceituação dos variados graus de deficiência dificultou o atendimento adequado e o progresso educacional dessas crianças (BRASIL, 2008).

Embora a legislação brasileira garanta o acesso e o direito à educação, é praticamente impossível determinar o que acontece dentro de cada instituição escolar. A responsabilidade de assegurar os direitos dos alunos com necessidades especiais recai sobre as escolas, educadores e gestores escolares, que devem garantir uma educação de qualidade, formando indivíduos autônomos e pensantes.

De acordo com Machado e Labegalini (2007, p. 20), ainda que tais questões sejam garantidas por lei, não é possível assegurar "que essa demanda da sociedade esteja sendo ou venha a ser atendida em curto espaço de tempo". Isso evidencia a necessidade de revalorização da educação geral e da formação de um novo homem.

O objetivo geral deste trabalho é identificar, reconhecer e demonstrar como é realizada a inclusão de alunos com necessidades especiais em escolas regulares brasileiras. Atualmente, discute-se amplamente sobre a inclusão social e os benefícios de alunos com síndromes e deficiências frequentarem escolas regulares. Nesse contexto, a autora argumenta que um ensino separado e individualizado, com atividades supostamente adaptadas, não se justifica. A aprendizagem é sempre imprevisível, e o professor deve considerar a capacidade de todos os alunos, evitando rotulá-los e entendendo que todos são capazes de assimilar e produzir conhecimento.

A percepção sobre a inclusão surgiu da vivência dentro de instituições escolares, onde se observou que a inclusão não está sendo realizada de forma viável para o aluno. A inclusão deve garantir o acesso de todos a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo ou

grupo social (ARANHA, 2001, p. 35).

Segundo Marre (1991, p. 10), não se pode dizer que se faz uma escolha neutra; pelo contrário, se faz porque está relacionado com um sistema de valores e com as convicções últimas do sujeito que escolhe. A fundamentação teórica deste artigo foi construída a partir de uma revisão bibliográfica, elaborada com base em materiais já publicados, como livros, revistas e trabalhos acadêmicos.

De acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 37 apud FONSECA, 2002), A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa.

INSERINDO A CRIANÇA ESPECIAL NA ESCOLA

Mantoan (1997) comenta que, embora saibamos que na educação especial há casos degenerativos muito severos, essas pessoas podem receber um acompanhamento educacional reabilitativo em seu próprio lar por meio da atuação de profissionais dedicados. A parceria entre escola e família é crucial para entender como lidar com essas crianças, necessitando de uma ação conjunta para a formação de um futuro adulto com responsabilidade social, caráter e respeito pelo próximo.

Diversas legislações garantem o acesso e o direito à educação de pessoas com necessidades especiais. De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 2/20011, artigo 2º: "Os

1 A Resolução CNE/CEB nº 2/2001 trata das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Ela estabelece princípios, políticas e diretrizes para a educação de pessoas com necessidades educacionais especiais, buscando garantir o acesso, a participação e a aprendizagem desses alunos no contexto da educação regular. Entre os principais pontos abordados pela resolução estão:

Princípios da Educação Inclusiva:A necessidade de uma educação que reconheça a diversidade humana e valorize a inclusão como um princípio ético e pedagógico fundamental.

Atendimento Educacional Especializado (AEE): A importância da oferta do AEE complementar à educação regular, de forma a garantir os recursos e serviços necessários para a promoção da aprendizagem e o desenvolvimento desses alunos.

Formação de Professores: A necessidade de formação continuada e especializada para os professores que atuam com alunos com necessidades especiais, visando qualificar o atendimento e a prática pedagógica inclusiva.

Flexibilização Curricular: A promoção de práticas pedagógicas que permitam a adaptação curricular para atender às necessidades específicas de cada aluno, garantindo assim o acesso ao conhecimento de forma significativa e efetiva.

sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos" (MEC/SEESP, 2001).

Quando o educador trabalha com a educação inclusiva, sua prática deve abranger todos os níveis e modalidades de ensino, da educação especial à educação de jovens e adultos, contemplando a diversidade discente nas diferentes etnias, culturas e classes sociais. O professor deve observar, avaliar e mediar, para que os recursos pedagógicos disponíveis na escola sejam adequados tanto para os que ensinam quanto para os que aprendem.

Ainda que a legislação obrigue as instituições a matricularem alunos com necessidades especiais, como garantir uma educação de qualidade e significativa? Carvalho (2004, p. 77) afirma que "a letra das leis, os textos teóricos e os discursos asseguram os direitos, mas o que os garante são as efetivas ações, na medida em que se concretizam os dispositivos legais e todas as deliberações contidas nos textos de políticas regulares". Para isso, é necessário prover recursos de toda ordem, permitindo que os direitos humanos sejam respeitados de fato.

O professor atual muitas vezes ainda está ligado ao modelo de educação tradicional, baseado no modelo médico-pedagógico, que se confunde com a educação especial. Estudos mostram que a grande dificuldade do professor é aceitar críticas a esse modelo dominante, causando muitas vezes o fracasso escolar.

INCLUSÃO E SUAS VARIAÇÕES

A inclusão educacional é um princípio que visa garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, emocionais ou sociais, tenham acesso equitativo à educação e participação plena na vida escolar. Dentro desse paradigma, os alunos com necessidades especiais apresentam uma ampla diversidade de condições que podem variar significativamente. Desde aqueles que possuem uma única deficiência específica até os que enfrentam múltiplas deficiências e síndromes comple-

xas, cada indivíduo requer abordagens educacionais adaptadas e personalizadas para alcançar seu potencial máximo.

Colaboração entre Profissionais: A importância da colaboração entre os diferentes profissionais da educação, como professores, especialistas, gestores escolares e famílias, para assegurar um ambiente educacional inclusivo e de qualidade.

Essa resolução é um marco importante no contexto da educação inclusiva no Brasil, estabelecendo diretrizes que orientam as políticas públicas e as práticas educacionais visando à inclusão plena e efetiva de todos os alunos na escola regular.

Para os alunos com uma única deficiência, como deficiência visual ou auditiva, a inclusão frequentemente envolve o uso de tecnologias assistivas, adaptações no currículo e métodos de ensino diferenciados que levem em consideração suas necessidades específicas. Por outro lado, os alunos com múltiplas deficiências demandam uma abordagem ainda mais individualizada, que integre intervenções multidisciplinares para atender às suas necessidades complexas de aprendizado, comunicação e interação social.

É essencial destacar que a inclusão não se limita apenas à presença física dos alunos na sala de aula regular. Envolve também a criação de um ambiente inclusivo e acolhedor, onde todos os estudantes se sintam valorizados e capazes de contribuir de maneira significativa. Isso requer não apenas adaptações físicas no ambiente escolar, como rampas de acesso e banheiros adaptados, mas também uma cultura escolar que promova o respeito à diversidade e a aceitação das diferenças individuais.

Além das deficiências físicas, condições como autismo, Síndrome de Down, síndromes genéticas e transtornos do desenvolvimento representam desafios específicos que exigem estratégias educacionais especializadas. Esses alunos podem se beneficiar de programas educacionais que ofereçam suportes intensivos, terapias específicas e planos de ensino individualizados, com o objetivo não apenas de promover seu desenvolvimento acadêmico, mas também de fomentar suas habilidades sociais e emocionais.

A formação contínua e especializada dos professores é fundamental para o sucesso da inclusão. Profissionais capacitados são capazes de identificar as necessidades individuais dos alunos e implementar práticas pedagógicas que incentivem a participação ativa e o aprendizado significativo. Além disso, a colaboração estreita entre educadores, familiares e profissionais da saúde é essencial para criar um plano educacional abrangente que atenda às necessidades integrais dos alunos com necessidades especiais.

Por fim, a inclusão educacional não é apenas uma questão de acesso físico ou acadêmico; trata-se de um compromisso com a equidade, a justiça social e o reconhecimento da diversidade como um valor enriquecedor para toda a comunidade escolar. Ao promover uma cultura inclusiva, as escolas não apenas transformam o ambiente educacional, mas também preparam os alunos para viverem em uma sociedade que valoriza e respeita as diferenças individuais como uma fonte de fortalecimento e enriquecimento mútuo.

Em resumo, a inclusão educacional não só responde às variadas necessidades dos alunos com deficiências e síndromes, mas também fortalece os alicerces de uma sociedade mais inclusiva e igualitária, onde todos os indivíduos têm a oportunidade de aprender, crescer e contribuir plenamente para o bem comum. Os alunos com necessidades especiais podem ter uma única deficiência ou múltiplas deficiências e síndromes. As inclusões podem ser divididas em quatro categorias principais:

DEFICIÊNCIA VISUAL

A deficiência visual, ou cegueira, é caracterizada pela perda total ou parcial da visão de um ou ambos os olhos. A perda total da visão ocorre quando há comprometimento de componentes oculares, como o nervo óptico. Essa perda pode ser permanente ou temporária. De acordo com Sá et al. (2013, p. 15), "a cegueira é uma alteração grave ou total de uma ou mais das funções elementares da visão".

A baixa visão, também conhecida como visão subnormal ou visão residual, permite ao portador utilizar sua visão de forma limitada. Conforme Sá et al. (2013, p. 16), "a definição de baixa visão é complexa devido à variedade e à intensidade de comprometimentos das funções visuais".

DEFICIÊNCIA MOTORA

A inclusão educacional é um princípio fundamental que visa proporcionar acesso equitativo e oportunidades de aprendizagem para todos os alunos, independentemente de suas características individuais. No contexto das deficiências motoras, que podem variar de paralisia cerebral a lesões medulares, cada aluno apresenta necessidades específicas que requerem abordagens educacionais adaptadas e inclusivas.

Alunos com deficiência motora enfrentam desafios significativos em relação à mobilidade, coordenação motora e acesso físico aos ambientes escolares. A inclusão eficaz desses alunos não se resume apenas à acessibilidade física, como rampas e banheiros adaptados, mas também à promo-

ção de um ambiente educacional que valorize suas habilidades individuais e encoraje sua participação ativa.

Para alunos com paralisia cerebral, por exemplo, estratégias educacionais podem incluir o uso de tecnologias assistivas, como comunicação aumentativa e alternativa (CAA), dispositivos de mobilidade e adaptações no ambiente de aprendizagem para facilitar o acesso ao currículo escolar. Professores e profissionais da educação desempenham um papel crucial na implementação de práticas pedagógicas inclusivas que considerem não apenas as necessidades físicas, mas também emocionais e sociais desses alunos.

É fundamental reconhecer que a inclusão vai além da simples presença física na sala de aula regular. Envolve a criação de um ambiente inclusivo que promova a aceitação, o respeito mútuo e a valorização da diversidade. Isso requer uma cultura escolar que celebre as diferenças individuais e ofereça suportes adicionais, quando necessário, para garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de aprender e se desenvolver plenamente.

Além das adaptações físicas e tecnológicas, a formação contínua de professores desempenha um papel crucial na eficácia da inclusão de alunos com deficiência motora. Capacitar os educadores para identificar e atender às necessidades individuais dos alunos, adaptando estratégias de ensino e avaliação conforme necessário, é essencial para promover um ambiente educacional inclusivo e enriquecedor.

A colaboração entre escola, família e profissionais da saúde também é fundamental para o sucesso da inclusão. Trabalhando em conjunto, esses stakeholders podem desenvolver planos educacionais abrangentes que atendam às necessidades integrais dos alunos com deficiência motora, proporcionando apoio emocional, social e acadêmico necessário para o seu desenvolvimento pleno.

Por fim, a inclusão educacional de alunos com deficiência motora não apenas promove a igualdade de oportunidades, mas também fortalece os valores de respeito, diversidade e justiça social dentro da comunidade escolar. Ao criar um ambiente que valoriza e apoia a todos os alunos, independentemente de suas habilidades físicas, a escola não apenas prepara esses indivíduos para o sucesso acadêmico, mas também os capacita a se tornarem membros ativos e participativos de uma sociedade inclusiva e diversificada.A deficiência motora, ou física, é definida pelo Decreto 5.296 de 02 de dezembro de 2004, como:

Lesão cerebral: Dano em uma ou mais áreas do cérebro, afetando a movimentação.

Lesão medular: Dano à medula espinhal, causando paralisia parcial ou total.

Miopatias: Degeneração muscular progressiva sem cura conhecida. • Deficiência Intelectual

A deficiência intelectual ocorre devido a uma lesão ou má formação cerebral. De acordo com o Decreto 5.296 de 02 de dezembro de 2004, é caracterizada por funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com limitações em áreas de habilidades adaptativas como comunicação, cuidado pessoal e habilidades sociais (BRASIL, art. 5, 2003).

DEFICIÊNCIA AUDITIVA

O ouvido humano é constituído por três partes: interno, médio e externo. A perda auditiva total ou parcial ocorre devido a lesões em qualquer uma dessas partes.

A inclusão educacional é um princípio essencial que visa garantir acesso igualitário e oportunidades de aprendizagem para todos os alunos, independentemente de suas características individuais. No contexto das deficiências auditivas, que variam desde perdas auditivas parciais até surdez total, cada aluno apresenta necessidades específicas que exigem estratégias educacionais adaptadas e inclusivas.

Alunos com deficiência auditiva enfrentam desafios únicos relacionados à comunicação e interação no ambiente escolar. A inclusão eficaz desses alunos requer não apenas adaptações físicas, como salas de aula com boa acústica e sistemas de amplificação sonora, mas também práticas pedagógicas que promovam a inclusão social e acadêmica.

Para alunos com perda auditiva, estratégias educacionais podem incluir o uso de tecnologias assistivas, como aparelhos auditivos e implantes cocleares, além de recursos visuais e técnicas de comunicação alternativa, como a Língua Brasileira de Sinais (Libras) ou o uso de intérpretes. Professores desempenham um papel crucial na adaptação do currículo e na implementação de métodos de ensino que atendam às necessidades individuais desses alunos, garantindo seu pleno desenvolvimento acadêmico e social.

É fundamental reconhecer que a inclusão vai além da acessibilidade física e tecnológica. Envolve também a criação de um ambiente educacional que valorize a diversidade linguística e cultural, promovendo a aceitação e o respeito mútuo entre todos os estudantes. Isso requer uma abordagem educacional sensível às necessidades dos alunos com deficiência auditiva, proporcionando oportunidades equitativas de participação em atividades escolares e extracurriculares.

Além das adaptações curriculares e tecnológicas, a formação contínua de professores é crucial para o sucesso da inclusão de alunos com deficiência auditiva. Capacitar os educadores para utilizar estratégias pedagógicas inclusivas e para trabalhar em colaboração com intérpretes e profissionais da saúde auditiva é fundamental para criar um ambiente educacional acolhedor e eficaz.

A colaboração entre escola, família e profissionais da saúde auditiva desempenha um papel fundamental no processo de inclusão. Trabalhando em conjunto, esses stakeholders podem desenvolver planos educacionais personalizados que atendam às necessidades integrais dos alunos com deficiência auditiva, oferecendo suporte emocional, social e acadêmico necessário para seu sucesso educacional.

Por fim, a inclusão educacional de alunos com deficiência auditiva não apenas promove a igualdade de oportunidades, mas também fortalece os valores de respeito, diversidade e inclusão dentro da comunidade escolar. Ao proporcionar um ambiente que valorize a diversidade linguística e cultural, a escola não apenas prepara os alunos para alcançarem seu potencial acadêmico, mas também os capacita a se tornarem cidadãos participativos e engajados em uma sociedade inclusiva.

INCLUSÃO ESCOLAR E O PROFESSOR

Nas reformas educacionais, os professores enfrentam diversas concepções educacionais. Uma visão comum é a do professor como transmissor de conhecimento externo, ou seja, um técnico. Em contraste, novas tendências apostam no professor reflexivo, capaz de criar seu próprio caminho profissional coletivo, construído no caminhar pedagógico. Investir na formação docente é crucial para que o professor possa elaborar e transformar suas práticas conforme necessário.

Assumir o papel do professor na mudança da criança requer investimento em formação contínua. É fundamental tratar o ensino como uma profissão dinâmica e em desenvolvimento, onde o professor assume a responsabilidade pelos rumos da mudança educacional, atuando como agente de transformação social, política e cultural.

O planejamento e avaliação das aulas são essenciais para o professor reflexivo. Isso inclui registrar ações, avanços e dificuldades dos alunos. O professor é um mediador do saber, responsável por formar o aluno através de conteúdos e saberes, moldando o caráter e a identidade dos alunos.

Integrar alunos com necessidades especiais ensina os demais a integrar sem preconceitos. Contudo, se um professor segrega esses alunos, os demais também praticarão o preconceito. A inclusão vai além da sala de aula, envolvendo atividades e momentos de interação para criar laços afetivos e uma real integração.

A escola deve ser vista como uma instituição formadora, preparando alunos para viver em sociedade, ensinando valores, competências, habilidades e atitudes necessárias para a vida em sociedade. O educador deve criar um ambiente propício para a aprendizagem, ensinando autonomia sem proteção excessiva ou abandono.

Atualmente, a formação universitária dos professores tem sido falha em relação à educação especial. Diversos cursos de graduação ensinam conceitos e legislações, mas não como educar de forma significativa esses alunos. Portanto, o educador deve buscar novos conhecimentos e formação continuada. O papel dos gestores, pais, responsáveis e do Estado é imprescindível para proporcionar uma educação realmente significativa.

A avaliação efetiva integra informações significativas sobre a dinâmica familiar e processos ocultos, essenciais para a análise dos procedimentos de ensino e das relações afetivas e significativas estabelecidas pelo sujeito.

As dificuldades são imensas, especialmente se os pais transferirem a responsabilidade para a escola. Muitas vezes, o problema é interno à família, relacionado a aspectos de autoridade ou permissividade. A comunicação entre escola e pais é fundamental para alcançar um equilíbrio emocional e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É essencial trabalhar com novas metodologias de ensino que despertem o interesse dos alunos e contribuam para sua formação integral, utilizando propostas diferenciadas desenvolvidas pelos professores e pela escola. Através da análise do número de alunos matriculados em escolas regulares em todo o Brasil, surge a questão de como garantir que essa educação está sendo realizada de forma significativa e com boa qualidade.

A pesquisa revela que, apesar do crescente número de alunos com necessidades especiais matriculados na rede pública, as instituições e educadores ainda não estão preparados para oferecer uma educação de qualidade a esses alunos. Este cenário exige uma reflexão profunda e a implementação de estratégias que abordem as lacunas existentes na formação e na prática dos educadores.

Compreendemos que práticas educativas inovadoras podem favorecer o proces-

so de aprendizado e a interação dos alunos de forma espontânea. Essas práticas permitem que os educandos assimilem conceitos e conhecimentos de maneira mais eficaz, utilizando recursos alternativos inseridos em seu contexto social. Assim, é possível relacionar a realidade dos alunos com materiais que promovam uma aprendizagem significativa, conectando seu conhecimento de mundo com o conteúdo educacional.

Para alcançar uma educação inclusiva e de qualidade, é necessário investir na formação contínua de educadores, equipando-os com as habilidades e conhecimentos necessários para atender às diversas necessidades dos alunos. Isso inclui a capacitação em metodologias inclusivas, a sensibilização para as questões de acessibilidade e a promoção de atitudes positivas em relação à diversidade.

Além disso, as escolas devem adaptar seus ambientes físicos e pedagógicos para serem mais inclusivos. Isso pode envolver a implementação de tecnologias assistivas, a modificação de currículos e a criação de espaços de aprendizado flexíveis que atendam a diferentes estilos de aprendizagem. As políticas educacionais também precisam ser revisadas e fortalecidas para garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições, tenham acesso a uma educação equitativa e de qualidade.

A colaboração entre escola, família e comunidade é crucial para o sucesso da educação inclusiva. A parceria com os pais e responsáveis permite uma compreensão mais profunda das necessidades individuais dos alunos e a criação de estratégias conjuntas para apoiar seu desenvolvimento. A comunidade, por sua vez, pode fornecer recursos adicionais e suporte, criando um ambiente mais inclusivo e acolhedor para todos.

Por fim, é importante que a inclusão não seja vista apenas como uma obrigação legal, mas como uma oportunidade para enriquecer o ambiente escolar e a sociedade como um todo. Quando todos os alunos são valorizados e têm suas necessidades atendidas, a escola se torna um espaço de crescimento, respeito mútuo e aprendizado verdadeiro para todos. O professor, dentro de uma perspectiva inclusiva e com uma escola de qualidade, não deve duvidar da capacidade e das possibilidades de aprendizagem dos alunos, nem prever quando esses alunos não irão aprender. Em vez disso, deve acreditar no potencial de cada um e trabalhar para proporcionar as melhores condições possíveis para seu desenvolvimento.

Em resumo, garantir uma educação inclusiva e de qualidade requer um esforço conjunto e contínuo. Investir na formação de educadores, adaptar as práticas e ambientes escolares, fortalecer políticas educacionais e promover a colaboração entre todos os atores envolvidos são passos essenciais para transformar a inclusão em uma realidade efetiva e significativa. Pois esse processo não pode ser apenas uma política pública existente nos documentos oficiais e precisa efetivamente encontrar lastro na realidade e no chão da sala de aula, fornecendo os instrumentos necessários para que o professor possa desenvolver o seu efetivo trabalho.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. Revista do Ministério Público do Trabalho, Ano XI, n.º 21, março, 2001.

ARENDT, Hannah. A crise na educação: III e IV. Entre o passado e o futuro. São Paulo:

Perspectiva, 1972, p. 247.

BRASIL. Decreto Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004 - DOU de 03/12/2004. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>.

Acesso em: 24 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Documento subsidiário à política de inclusão.

Brasília. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticadeinclusao.pdf>. Acesso em: 24 set. 2023.

CARVALHO, Rosita Édler. Educação Inclusiva: Com os Pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUZ, Gizeli; GESSER, Verônica. Professor Pesquisador. Revista Presença Pedagógica.

Belo Horizonte, v.13, n.78, p. 19-25, 2007.

MACHADO, Lourdes Marcelino; LA-

BEGALINI, Andréia Cristina Fregate Baraldi. Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar. Marília: Edições M3T Tecnologia e Educação, 2007.

MANTOAN, Maria Tereza Égler; MARQUES, Carlos Alberto. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Ed. SENAC, 1997.

MARRE, Jacques Andre Leon. História de vida e método biográfico. In: Cadernos de Sociologia (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 3, n. 3, jan./jun. 1991.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed.

Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SÁ, E. D. de; CAMPOS, I. M. de; SILVA, M. B. C. Atendimento educacional especializado: deficiência visual. Brasília: SEESP/ SEED/ MEC, 2007.

TARTUCE, T. J. A. Métodos de pesquisa. Fortaleza: UNICE – Ensino Superior, 2006.

Apostila.